

Mais do Mesmo

O Reforço da Integração Subordinada do Espírito Santo no Sistema Capitalista Internacional

André Ricardo Valle Vasco Pereira¹

Resumo: Neste artigo, busco demonstrar que a conexão entre a economia local e global do Estado do Espírito Santo está articulada ao chamado segundo ciclo de modernização industrial, expressa na inserção subordinada das empresas que atuam no estado de acordo com a lógica da expansão capitalista internacional. Este ciclo se desloca da “Grande Vitória” para o litoral sul e norte do estado, reproduzindo os problemas ambientais, de urbanização, de transportes e de prestação de serviços públicos relacionados do tipo de modernização ocorrido na região metropolitana. Por causa disso a ideia de que experimentaremos “mais do mesmo”. Concluo que a ausência de incentivos para uma inserção na economia da informação, seguindo o modelo da Terceira Revolução Industrial, põe em risco a atual situação de bom desempenho das contas públicas, bem como a frágil e recente recuperação institucional, além de minimizar as mudanças sociais que houve na sociedade a fim de servir como uma base sólida para o pluralismo político.

Palavras chave: Expansão capitalista. Segundo ciclo de modernização industrial. Integração subordinada. Espírito Santo.

Abstract: In this article, I argue that the connection between Espírito Santo State’s local and global economics are articulated to the so-called second cycle of industrial modernization expressed in the subordinate position of companies operating in the state according to the logic of the international capitalist expansion. This cycle migrates of the “Grande Vitória” to the South and North coast, reproducing the environmental problems of urbanization, transport and public services concerning the type of modernization tha occurred in teh metropolitan área. Because of this the Idea that we will experience “most of it”. I conclude that the absence of incentives for inclusion in na information’s economy following the modelo of the Third Industrial Revolution became vulnerable the current performance of public accounts as well as a fragile and recent institutional recovery besides minimize the social changes in society to serve as a basis for political pluralism.

Keywords: Capitalist Expansion. Second cicle of industrial modernization. Subordinate integration.

¹ *Doutor em Ciência Política* pelo IUPERJ. Professor Adjunto do Departamento de História da UFES.

Apresentação

O objetivo deste trabalho é demonstrar a tese de que a conexão entre local e global no Espírito Santo está articulada no sentido de reforçar o modelo de industrialização hoje existente no estado. A modernização assim produzida gerou resultados extremamente negativos em termos de urbanização caótica, de falência dos serviços públicos e de escalada frenética da violência. Desde o início, ela esteve relacionada com a dinâmica do sistema capitalista internacional. A fase na qual este se encontra hoje gera estímulos crescentes para o aprofundamento, em direção ao que eu chamo de segundo ciclo de modernização industrial. Daí a idéia de que teremos, daqui para frente, “mais do mesmo”. Este aprofundamento na integração subordinada terminará por esgotar a pequena recuperação institucional pela qual o governo do estado passa hoje, porque os fatores externos, internos e a conexão entre eles geraram uma dinâmica que está relacionada com o modelo político. Eles se retroalimentam, de forma que é difícil crer em mudança de rumos. Para realizar esta tarefa, o que se segue é dividido em quatro partes. Na primeira, discuto a configuração do global na atualidade. Na segunda, enquadro o Espírito Santo neste cenário. Na terceira, demonstro como a trajetória histórica dos agentes econômicos e políticos engendraram um padrão de reprodução ampliada e dependente do capitalismo no estado. Por fim, apresento uma breve conclusão.

O Global na atualidade

Para discutir a relação entre o plano global e o local na atualidade é necessário partir de uma caracterização mínima do que seria o mundo hoje. Do ponto de vista econômico, o capitalismo é o sistema dominante. Do ponto de vista das relações internacionais, há uma potência hegemônica, os EUA, acompanhada de potências regionais. Do ponto de vista cultural, há processos concomitantes de homogeneização e heterogeneização de idéias, atitudes e comportamentos. O que se observa é uma expansão ampliada e sem freios do capitalismo, acompanhada de uma lenta e progressiva queda dos EUA, juntamente com um aumento do choque de culturas, com resultados bastante diversos. O que se

segue é baseado na minha leitura de uma série de referências (BERGER; HUNTINGTON, 2004; PASSET, 2003; TODD, 2003; NEGRI, 2003; NEGRI; COCCO, 2005; ALI, 2005).

Este estado de coisas foi produto do fim do que Eric Hobsbawm (1996) chamou de “curto século XX”, ou seja, o período entre 1914 e 1991. Nesta época, o confronto fundamental se deu entre dois projetos: o socialismo real e o capitalismo. A derrocada das sociedades de tipo soviético abriu um espaço inédito para a expansão ampliada do capitalismo. A vitória que caiu no colo da direita foi propagandeada como o fim de um ciclo e a aparente superação do conflito ideológico, em favor de uma ordem política que, segundo Francis Fukuyama (1989), teria condições de, dali para frente, implantar as fantasias de um liberalismo triunfante, numa situação de paz e desenvolvimento econômico.

Com o tempo, porém, foi ficando claro, com base no debate acadêmico sobre o conjunto de transformações que vinham ocorrendo, que as coisas são mais complicadas. Para resumir e simplificar, farei algumas considerações. Em primeiro lugar, o debate sobre a globalização nos ajuda a compreender que a reprodução ampliada do capitalismo no espaço geográfico mundial faz parte de sua natureza e o acompanha desde sempre. Todavia, com o fim da “Era dos Extremos” (HOBBSAWM, 1996), tal expansão tornou-se mais fácil por causa do fim do bloco socialista, adquirindo uma dinâmica mais intensa.

Outro ponto importante é a revisão das teses do marxismo clássico acerca das formas de expansão do sistema ao longo do tempo. Havia a expectativa de que a extração de mais-valia absoluta fosse progressivamente substituída pela mais-valia relativa. Ou seja, que as formas mais degradantes de exploração do trabalho assalariado (extensão da jornada de trabalho, salários abaixo das condições de sobrevivência, repressão da organização política dos trabalhadores etc.) fossem substituídas por padrões intensivos de extração do valor, com o recurso crescente ao uso de tecnologia no ambiente de trabalho.

As transformações ocorridas na metade do século XX, com a Crise de 1929 e o advento do *Welfare State* Keynesiano, *pari passu* a coletivização forçada do campo e a planificação total do socialismo soviético, chamaram a atenção para o fato de que formas degradantes de trabalho podiam ressurgir em ambientes que passavam por rápido processo de modernização, seja no bloco socialista seja no campo do Terceiro Mundo capitalista. A expectativa era a de que se tratasse de uma fase, imposta pela nova configuração do sistema mundial. Todavia, a ordem estabelecida a partir de 1991 nos mostra claramente a continuidade do uso de formas modernas e arcaicas de exploração do trabalho. O fato é que o capitalismo sempre funcionou assim.

Mais ainda, o capitalismo é um sistema socioeconômico plástico. Ele é capaz de se reproduzir de maneira ampliada em variados tipos de sociedades, de modelos políticos e padrões culturais. Dentro de cada uma delas, pode usar formas predominantemente modernas, arcaicas ou combinadas de exploração do trabalho. Esta interação também pode se dar na relação entre sociedades capitalistas, gerando um padrão de desenvolvimento desigual e combinado, conforme descobriu Leon Trotsky. Hoje, o capitalismo não tem freios. O capital circula com grande facilidade entre as nações, de forma que os arranjos locais e sua relação com centros dominantes tornou-se complexa e múltipla.

Apesar dos EUA permanecerem como o país dominante, a sede do desenvolvimento tecnológico e do sistema financeiro internacional, há fluxos paralelos de interação que são construídos entre nações, regiões, empresas, entidades e instituições. O fim da “Era dos Extremos”, com duas superpotências e dois sistemas econômicos e confronto, abriu oportunidades não só para a expansão do capitalismo como para que seus agentes assumissem as rédeas deste processo de forma mais autônoma.

O exemplo mais claro e agressivo, evidentemente, está na China (ARRIGHI, 2008). Este país, após o início das reformas produzidas por Deng Xiao Ping e aceleradas dramaticamente com a derrocada do bloco soviético e dos eventos da Praça da Paz Celestial, passou a combinar um sistema político de partido único,

uma ditadura formalmente de esquerda, com formas predominantemente arcaicas de exploração do trabalho. O padrão chinês de desenvolvimento segue a lógica da Segunda Revolução Industrial.

A Primeira Revolução Industrial foi baseada na tecnologia da máquina a vapor. A segunda, na tecnologia do motor a explosão, do aço e da eletricidade como insumos ou meios de produção. Na primeira fase, o capital inicial exigido pelas empresas era relativamente baixo. Na segunda, a concentração de capital passou a ser uma necessidade, por causa dos altos investimentos iniciais na produção de insumos, como eletricidade e derivados de petróleo; no setor de bens de produção; no setor de bens salário; e na conformação de um sistema bancário capaz de financiar todo o processo.

A Primeira Revolução Industrial implicou em urbanização e aumento relativo dos níveis educacionais dos trabalhadores. Já a segunda tornou tais processos bem mais dramáticos. Em particular, no caso de grandes instalações voltadas para a produção de insumos, como eletricidade, ferro e aço, derivados de petróleo, a concentração humana ao redor das plantas gerou urbanização caótica, com os reflexos conhecidos em termos de favelização, de caos do sistema de transportes, de ineficiência no fornecimento de serviços públicos básicos (educação, saúde e segurança) para a população em geral. É óbvio que os mais prejudicados, como não poderia deixar de ser, foram os membros da classe trabalhadora.

A Terceira Revolução Industrial foi baseada na tecnologia da robótica e da informática. Fábricas e atividades econômicas em geral passaram a dispensar funcionários, ao mesmo tempo em que as formas de exploração do trabalho tornaram-se, na linguagem de Hardt e Negri (2005), “imateriais”. Nesta fase, o capital financeiro, que já havia adquirido autonomia no processo de criação de valor, ampliou o seu espaço de manobra.

Em todos estes modelos de reprodução do capitalismo, formas modernas e arcaicas de exploração do trabalho podem ser usadas em combinações das mais

diversas. É possível pular de um modelo para outro, sem seguir a seqüência ou iniciar em qualquer um deles. Tais combinações podem ser implantadas, na atualidade, até em países nos quais, formalmente falando, impera um modelo político de tipo soviético. Formas culturais conservadoras, autoritárias e com religiões muito diferentes do dualismo cristão não são impedimentos.

O fato é que os atores podem lançar mão de vários meios para mesclar um padrão de desenvolvimento do capitalismo com suas tradições culturais e modelos políticos. É neste cenário que se insere a interação entre global e local no desenvolvimento do capitalismo no Espírito Santo. A China está adquirindo a condição de parceiro preferencial do grande capital instalado aqui.

A estratégia chinesa é baseada na expansão agressiva do modelo da segunda revolução industrial junto com a extração de mais-valia absoluta da sua classe trabalhadora. Isto está sendo feito por um Partido-Estado formalmente Comunista. Na verdade, por uma Ditadura, que abandonou o maoísmo e se apropriou do confucionismo tradicional, num ambiente de forte repressão política e censura, inclusive nos meios eletrônicos. Este processo implica na absorção de matérias primas, insumos e alimentos oriundos de outros países, entre os quais, o Brasil e o Espírito Santo em particular.

Um detalhe importante está no fato de que a pretensão chinesa de suplantar os EUA implica na necessidade de que seja possível desenvolver, conjuntamente, o modelo da terceira revolução industrial. A China está tentando fazer isso. Se vai ser bem sucedida é ponto de debate (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008). Porém, na sua relação com países, empresas, regiões e instituições, na fase atual, o que ela reforça é a complementaridade, desigual e combinada, de um modelo da segunda revolução industrial, expulsando custos e irracionalidades para outros locais. Entre tais custos estão, por exemplo, os ambientais. Também estão os custos indiretos, como a invasão de bens de consumo salário baratíssimos produzidos na China, gerando desindustrialização nos países que se tornam seus mercados. O Brasil está na dupla condição de fornecedor de matérias primas, insumos e alimentos produzidos com danos ambientais aqui, e

de mercado consumidor de bens salário chineses, que geram desindustrialização aqui.

É bem verdade que a tese da desindustrialização tem sido questionada (BENETTI, 2006; NASSIF, 2008). Mesmo assim, acho conveniente, pelo menos para os propósitos da minha discussão aqui, fazer uma referência a uma temática que se insere na discussão geral do lugar da indústria no Brasil de hoje, que é a suposição, lançada por Reinaldo Gonçalves (2000), de que estaria havendo “reprimarização” da pauta de exportações do nosso país. Ou seja, a inserção do país na atual divisão internacional do trabalho se dá por meio do agronegócio e das indústrias de baixo valor agregado (FILGUEIRAS, 2006). Com certeza é algo que se adéqua ao caso do Espírito Santo. E a demanda chinesa é uma das principais responsáveis por isto no estado.

A China já adquiriu a capacidade de exportar bens de consumo duráveis, com alto valor agregado, como computadores completos (e não só componentes lá anteriormente montados) e automóveis. O sucesso desta estratégia significa que a demanda por produtos capixabas que participam da sua expansão será cada vez maior. Vale notar que a China é apenas o principal motor, hoje, de tal articulação. Mas a expansão do sistema como um todo aumenta tal demanda e aprofunda o modelo aqui implementado. Desta forma, passo para a seção seguinte, que trata do Espírito Santo.

O Espírito Santo na Globalização

A forma como o capitalismo se desenvolve no Espírito Santo está articulada com o sistema como um todo e com a China em particular. Esta interação reforça e amplia o modelo aqui instalado, fazendo com que o estado caia numa armadilha da qual não será capaz de sair e que vai gerar um desastre social maior do que o que está instalado hoje.

Enquanto a China dá passos sólidos para tentar combinar a lógica da segunda com a terceira revolução industrial, o Brasil como um todo não consegue fazer o

mesmo e o Espírito Santo em particular. A ilusão do pré-sal e o sucesso imediato, de curto prazo, de uma ampliação das ações do Poder Público, numa linha do *Welfare State* Keynesiano, que o Partido dos Trabalhadores vem desenvolvendo no plano do governo federal, reforçam sua posição de exportador de alimentos, de insumos, de matérias primas e de bens de consumo salário, importando tecnologia e estimulando aportes de capital especulativo.

No país como um todo, o resultado de curto prazo tem sido mobilidade social, ampliação do mercado interno, protagonismo como potência regional na América Latina e sócio minoritário no grupo BRIC. O Espírito Santo, porém, ocupa uma especificidade no quadro nacional. Sua economia é altamente concentrada em poucas e grandes empresas que produzem matérias primas (minério de ferro *in natura* e petróleo) ou bens semi-elaborados (pelotas, produtos variados de metalurgia, celulose branqueada). Há um importante setor de importação e exportação. Tanto as grandes empresas produtoras quanto as *tradings* são usuárias do complexo portuário. No campo, destaca-se a monocultura do café. Como no resto do país, o Poder Público tem grande importância como empregador. Os outros setores industriais e de serviços são bem menores em comparação com o gigantismo das grandes empresas industriais.

A atual configuração foi produto de um ciclo de modernização industrial iniciado nos anos 1960, desenvolvido ao longo dos anos 1970, concluído nos anos 1980 e em pleno funcionamento nos anos 1990. As grandes empresas aqui instaladas, em sua origem, eram sociedades de economia mista, combinando controle acionário pelo governo federal, sob comando castrense, com um peso significativo do capital privado.

A elite política e econômica do Espírito Santo teve participação mínima na passagem de uma economia monocultora agrário-exportadora de café, predominantemente rural, em uma sociedade conservadora, tradicional e com modelo político oligárquico, para uma economia industrial altamente concentrada e que gerou uma urbanização caótica.

Pela sua natureza altamente concentrada, atuando, desde o início, em mercados internacionais competitivos, dependente de tecnologia e serviços indisponíveis no território do Espírito Santo, as empresas poderiam ser descritas, durante sua fase de implantação e início de funcionamento, como verdadeiros enclaves (CARDOSO; FALETO, 1970) na sociedade capixaba. O resultado disso foi uma dissociação entre os objetivos das empresas e a sociedade circundante. Os dirigentes das empresas, tanto na sua fase estatal quanto no início de sua fase privada, a partir dos anos 1990, não tinham razão ou interesse em intervir no cenário local, na política ou no plano cultural e ideológico. Esta dissociação entre as transformações no plano econômico e no político e cultural são bastante amplas. A história do Espírito Santo é marcada por tal diferença. Com o objetivo de aprofundar as questões relacionadas a isto, passo à seção seguinte.

Origens e desdobramentos da inserção capixaba

Até a segunda metade do século XIX havia certa coerência entre uma economia colonial escravista, fortemente baseada na exploração da mão de obra indígena, e periférica no sistema atlântico, por um lado, e uma sociedade tradicional, por outro. A expansão do cultivo do café, seguindo o norte pelo litoral da Província do Rio de Janeiro, acabou chegando ao sul do Espírito Santo. Além disso, o governo imperial estimulou a formação de colônias de imigrantes na região serrana. Em poucos anos, a situação de produtor secundário de açúcar no quadro nacional e de farinha de mandioca (região de São Mateus), foi drasticamente modificada pelo que eu chamo de “modernização escravista”.

A “modernização escravista” aproximou a Província do Espírito Santo do que havia de mais avançado no cenário nacional. Formou-se uma elite de grandes proprietários de escravos no sul, junto com pequenas propriedades familiares na região serrana, que se somou aos antigos produtores de açúcar e a elite civil-militar da Capital.

Marta Zorzal e Silva (1995) chama a atenção para as diferenças entre esses grupos. A elite dirigente do sul permaneceu ligada mais à cidade do Rio de

Janeiro, por onde sua produção escoava. Os pequenos proprietários familiares viveram muitos anos presos a um esquema de financiamento dominado por agentes externos. Além disso, tendo formado colônias fechadas, de origem européia, tais grupos permaneceram voltados para si durante muito tempo. E as elites dirigentes de origem mais antiga lutaram para manter sua posição de comando.

Portanto, a “modernização escravista” complexificou a sociedade capixaba, ao mesmo tempo em que distribuiu as linhas de confronto no espaço geográfico. O detalhe interessante deste processo é que a Abolição da escravatura afetou seriamente o grupo dos grandes proprietários escravistas do sul. A princípio, eles seriam os mais habilitados para conduzirem uma transformação mais profunda nos outros aspectos (políticos, culturais, ideológicos).

A Abolição levou vários proprietários a uma situação falimentar. Algumas fazendas do sul foram abandonadas, vendidas ou simplesmente ocupadas por posseiros (ALMADA, 1993). Os novos ocupantes, gerindo unidades menores e com pouca capacidade de investimento, continuaram plantando café. Desta forma, a Abolição e a República interromperam um processo “positivo” de mudança. No caso do Espírito Santo, não foi possível reproduzir o que Wilson Cano (1983) chamou de “complexo industrial cafeeiro”. Ou seja, tomar a base gerada no café, de origem escravista e com a devida preparação prévia para a Abolição via imigração para os mesmos centros geográficos de produção, transferindo renda deste setor para o industrial e comercial.

No Espírito Santo, a imigração européia foi dirigida para outras áreas que não as de produção de grandes unidades. Quando a Abolição chegou, os fazendeiros não puderam lançar mão deste estoque de mão de obra para reduzir as condições gerais de vida de todos os trabalhadores rurais, como nos demonstra José de Souza Martins (1986). Além disso, no Espírito Santo, os grandes fazendeiros não chegaram a suplantam a elite local e se projetar no cenário brasileiro, como fizeram os paulistas. Estes ocuparam o aparelho de Estado local, pressionaram pela imigração e por formas de financiamento do governo imperial.

Uma parcela deles deu um passo à frente em termos políticos, fundando o Partido Republicano e elaborando o projeto da descentralização política. Acompanharam a campanha da Abolição e souberam se preparar para o seu fim.

Os grandes fazendeiros capixabas não tiveram o mesmo protagonismo, mas o mesmo vale para os fluminenses do Vale do Paraíba e os mineiros da Zona da Mata. Outras circunstâncias favoreceram os paulistas, como a fertilidade da terra no Oeste de São Paulo e o acesso a um porto próprio, em Santos.

O fato é que, em poucos anos, o Espírito Santo saiu da letargia de uma economia escravista periférica para o centro do sistema e, de volta, para as margens de um sistema produtivo baseado na monocultura do café. Os grandes fazendeiros do sul não foram eliminados como classe, mas não adquiriram a mesma capacidade de ação política e ideológica que os seus congêneres paulistas. No Espírito Santo, eles de fato ocuparam a posição de grupo dominante e promoveram as adequações modernizantes que estavam ao seu alcance.

Na prática, o estado caiu numa espécie de armadilha da monocultura, com muitas propriedades pequenas e médias, baixa capacidade de investimento, de melhoria da qualidade do cultivo e de diversificação econômica. A produção de café acabou se espalhando geograficamente, em direção ao norte. A Capital não se tornou uma cidade grande, capaz de se colocar como um pólo alternativo em termos econômicos, culturais e políticos frente ao interior, de onde a inovação pudesse surgir em termos autóctones. O local que mais se aproximou disso foi a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, que justamente foi o centro da economia cafeeira do sul. Passou por certo grau de industrialização, tentando, de forma muito tênue, reproduzir a lógica do complexo industrial cafeeiro. Não é à toa que a cidade gerou uma cultura política marcada pelo confronto ideológico entre direita e esquerda, o mais intenso do estado. Porém, tratou-se de um fenômeno localizado.

Na maior parte do século XX, o Espírito Santo foi marcado pela dominância de oligarquias locais de fazendeiros, sem que uma liderança isolada conseguisse se

projetar e impor suas preferências. Como é típico de um quadro de coronelismo, as possibilidades giravam em torno do enfrentamento aberto, em um extremo, e do acordo, baseado na partilha dos recursos públicos. Como tais recursos eram escassos no geral e no Espírito Santo em particular, a sua alocação entre os dominantes, mesmo em época de paz, sempre gerou insatisfações, criando condições para a fratura das formas coronelistas de mediação política.

Em termos resumidos, na República Velha, o extremo do modelo citado acima foi o confronto aberto entre os grupos dirigidos por dois irmãos fazendeiros, Jerônimo e Bernardino Monteiro. No período Vargas, a falta de projeção nacional desta elite abriu caminho para a imposição de um comando externo, na figura do Capitão João Punaro Bley, que ocupou a direção do aparelho de Estado local de 1930 a 1943, o período de intervenção externa por uma única pessoa. Todavia, Bley se recompôs com as oligarquias, impondo certo nível de concentração do poder.

Sendo um estado desimportante no plano nacional, a autonomia obtida pelo interventor varguista não foi capaz de carrear recursos para qualquer tipo de transformação estratégica da realidade capixaba. Nesta fase, a mudança mais importante veio de fora. Aliás, este é um ponto a ser enfatizado. A trajetória capixaba é marcada pela incapacidade de sua elite dirigente em alterar o *status quo* local a partir de projetos elaborados por ela e recursos sob seu controle (ou acesso a recursos externos por meio de sua projeção nacional). Houve tentativas neste sentido, mas as condições econômicas gerais, aliadas ao horizonte estreito das lideranças em uma sociedade com baixo nível de diferenciação interna, de auto-organização e de confronto ideológico, não foram favoráveis a que fossem gerados os meios para que o estado ocupasse posição de destaque nas diferentes fases de sua história no plano nacional e sequer para que houvesse mudanças profundas determinadas por fatores internos. Isto é assim até hoje.

Assim como os agentes da “modernização escravista” vieram de fora, também foi o caso da primeira intervenção significativa do século XX: a Companhia Vale do Rio Doce. No primeiro caso, os agentes acabaram sendo incorporados ao Estado. A partir do exemplo da CVRD, porém, os agentes externos passaram a ingressar

no Estado de forma menos dispersa. Ao invés de operadores individuais ou em pequenos grupos, atuando em escala modesta, como eram os fazendeiros escravistas e as famílias de imigrantes, os novos atores — ligados ao governo federal brasileiro ou ao grande capital (nacional e internacional) — passaram a ter unidade institucional mais ampla e hierarquizada. É a partir deste momento histórico que as conexões entre o Local e Global passam a ter um papel determinante. Quando a CVRD chegou ao Espírito Santo, o estado estava fortemente inserido num padrão de sociedade oligárquica de tipo arcaizante, resistente à mudança e voltado apenas para a reprodução ampliada do próprio modelo. Nestas circunstâncias, a chegada de um agente externo voltado para os seus objetivos primordiais, inserido desde o início no mercado internacional altamente competitivo, com características de enclave, gestou o tipo de dissociação entre modernização industrial rápida e concentrada *versus* sociedade conservadora, pouco diferenciada e resistente a mudanças, que é o problema da relação entre local e global no estado até hoje.

A Companhia Vale do Rio Doce passou por um período relativamente longo de aprendizagem, amadurecimento e superação do passivo que ela recebeu de sua antecessora, uma empresa privada controlada por um grande empresário americano. Esta empresa, a *Itabira Iron Ore Company*, que controlava a Companhia Estrada de Ferro Vitória e Minas, havia recebido permissão para explorar lavras de minério de ferro na região de Itabira (MG), transportá-lo pela via férrea e fazer o embarque no porto de Vitória. Além disso, deveria construir uma usina siderúrgica para beneficiar o produto. Tais condições haviam sido estabelecidas no início do século XX. Entretanto, devido a uma série de circunstâncias, até o início da década de 1940, o que se tinha conseguido era iniciar a lavra e construir a linha, que possuía muitas imperfeições.

A estatização da empresa privada fez parte de um conjunto de acordos fechados com os governos do EUA e da Inglaterra, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Os aliados necessitavam de minério de ferro para o esforço de guerra. O financiamento providenciado pelos EUA, por meio do Eximbank, revelou ser o meio concreto para que o projeto original da concessão fosse efetivado.

Logicamente, a criação da CVRD acompanhava a instalação da Usina Siderúrgica Nacional e, portanto, constituíram passos fundamentais para a passagem do Brasil para a fase da Segunda Revolução Industrial.

Até então, a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) tivera um impacto relativamente pequeno no Espírito Santo. Ela dinamizara o transporte de cargas, principalmente de café, e teve um papel importante na ocupação do norte do estado. Porém, o não cumprimento do acordo de concessão, que teria levado à criação da siderúrgica, não a transformou em agente significativo de mudanças. Pelo contrário, durante muitos anos, a EFVM foi instrumento de ampliação da ordem estabelecida.

Já a CVRD representou outro passo. Como empresa estatal criada, desde o início, com o fito de atuar no mercado internacional de minério de ferro, ela transformou-se numa instituição altamente complexa e conseguiu adquirir um grau de autonomia e capacidade de elaboração das suas estratégias que a colocou numa posição média entre diferentes esferas: a) o plano local (Minas Gerais e Espírito Santo), b) o plano nacional (relacionamento com o governo federal e suas diversas agências, como órgãos de fomento); c) o plano internacional (financiadores, clientes, concorrentes).

Em que pese o fato do ex-Interventor, João Punaro Bley, ter ocupado, logo de início, um cargo de direção na CVRD, a empresa não atuou como agente de transformação consciente da realidade capixaba, com algum tipo de projeto específico para intervir no Espírito Santo. Suas prioridades eram outras, devido ao desafio enorme que foi assumido desde o início e em função das diferentes arenas nas quais ela foi forçada a atuar.

A CVRD precisou retificar toda a linha férrea, modernizar a lavra, melhorar as condições portuárias, atualizar o meio rodante (substituir as locomotivas a vapor por diesel-elétricas), além de contratar, formar e treinar pessoal qualificado. A sua sede foi localizada no Rio de Janeiro, capital da República, com superintendências em Vitória (da EFVM) e em Itabira (das minas). Fazer com que

tal burocracia funcionasse a contento implicou numa curva de aprendizagem que precisou ser vencida. Todas estas tarefas estavam cumpridas no início dos anos 1960, quando a empresa teve o primeiro presidente formado no seu quadro técnico de engenheiros. Nesta condição, Eliezer Batista iniciou a implantação de um projeto de grande envergadura, que foi a construção do porto de Tubarão, concluído em 1966.

Este porto de águas profundas resultou de um acordo com um consórcio japonês. A sua efetivação fortaleceu a capacidade da CVRD de assumir contratos de longo prazo com seus clientes. A fase seguinte foi a instalação, na área do complexo anexo ao porto, de várias usinas de pelotização do minério de ferro. Algumas destas unidades foram construídas em conjunto com empresas estrangeiras (da Espanha, Itália, Japão e Coréia do Sul). Esta é uma fase do beneficiamento do produto, necessária para a constituição de uma usina siderúrgica integrada. Esta se tornou uma realidade em 1983, com o início do funcionamento da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Tal empresa estava sob controle acionário estatal, por meio da Siderbrás, com 51%, mas com a participação de capital japonês, pela Kawasaki Steel, com 24,5%, e italiano, pela Finsider, com 24,5% (ANDRADE; CUNHA, s/d).

Mesmo sendo uma empresa diferente da CVRD, a criação da CST foi muito influenciada pelo processo de verticalização da Vale (MARTINELLI, 2001: 66). Ao longo de sua evolução, a CVRD foi criando empresas subsidiárias e tendo participação acionária em outras. Os sócios da Vale em duas pelotizadoras acabaram sendo também sócios na CST. Tal empresa foi instalada no complexo de Tubarão, aproveitando a estrutura logística da Vale.

Mais ainda, a criação da CST também teve componentes relacionados a interesses do capital estrangeiro, em função da forma como estava se dando a divisão internacional do trabalho no campo da siderurgia. No Japão e na Itália, fez-se a opção, nos anos 1970, por concentrar os investimentos na laminação de placas. Optou-se pela instalação de unidades para a produção de produtos semi-acabados em países com recursos energéticos disponíveis e com legislação

ambiental menos rígida (MORANDI, 1996: 111). Portanto, o projeto de 1919 foi concluído em 1983, quando a CST passou a funcionar. Neste meio tempo, os agentes externos da modernização industrial foram se constituindo nos termos observados aqui.

Os casos da Aracruz Celulose e da Samarco Mineração confirmam o padrão. Assim como no caso da siderurgia, a indústria da produção de papel nos países centrais, ao longo do século XX, passou a sofrer problemas com aumentos de custos e com maiores exigências da legislação ambiental. Passou a ser conveniente expulsar os custos para países periféricos. Ao mesmo tempo, uma empresa de consultoria, nos anos 1960, contratada pelo CVRD, apontou condições ideais no município de Aracruz, no Espírito Santo, para investimentos de reflorestamento comercial com eucalipto.

Tal estudo foi a base da qual partiram empresas estrangeiras do setor que, associadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criaram, em 1967, a Aracruz Florestal S. A. Esta empresa iniciou o plantio de eucaliptos. Em 1972, foi criada a Aracruz Celulose S. A. como uma *joint venture*. A fábrica destinada ao beneficiamento básico da celulose (não produz papel) entrou em operação em 1979 (PEREIRA, 1998: 146-149).

A conexão que a CVRD colocou em marcha entre as economias do Espírito Santo e de Minas Gerais e destas com o comércio marítimo criou oportunidades e formas de relacionamento entre empresas que tiveram desdobramentos. Quase na mesma época da criação da Vale, em 1939, foi fundada a Sociedade Anônima Mineração da Trindade (Samitri), localizada na cidade de Barão de Cocais (MG). Ela escoava o seu minério pela Estrada de Ferro Central do Brasil em direção a uma siderúrgica em Sabará. Em 1952, a Samitri foi adquirida pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Esta transformou a Samitri numa empresa especializada em fornecer matérias primas básicas para suas unidades de siderurgia. Portanto, a Samitri foi, durante muitos anos, atuante no cenário interno de Minas Gerais.

Todavia, por meio da Samitri, a Belgo Mineira adquiriu propriedades nas quais acabaram sendo descobertas reservas significativas de minério de ferro, o que a estimulou a exportar o produto. Com este objetivo, em 1962, foi assinado um contrato com a CVRD para escoamento desta produção pela EFVM. Em 1963, a empresa abriu o capital. Em 1973, ela associou-se a uma empresa norte-americana, a *Marcona Ore Corporation*, visando constituir uma nova empresa, que seria responsável pela construção de um mineroduto, ligando suas instalações em Mariana (MG) até um ponto do litoral do Espírito Santo, onde seria construída uma usina pelotizadora e um porto. Assim exportada sua produção, eliminar-se-ia a dependência com relação à Vale. Esta empresa recebeu o nome de Samarco Mineração S. A. Ela entrou em operação em 1977 (SANTOS, 2009: 77-79). No ano de 2000, a Samitri foi adquirida pela CVRD. Atualmente, a Vale é dona de 50% da Samarco, com os outros 50% pertencendo à empresa australiana BHP Billiton.

Portanto, mesmo no caso de atores diferentes da Vale, seus caminhos acabaram se cruzando ou sofrendo influências múltiplas ao longo do tempo. Ocupando uma posição central no primeiro ciclo de modernização industrial do Espírito Santo, a CVRD expandiu suas atividades, seja pela necessidade de verticalização de suas atividades, seja por pressões que tenha sofrido do governo federal, já sob controle do militares.

Em 1967, foram descobertas grandes jazidas de minério de ferro por uma empresa ligada à *United States Steel Corporation*. O governo federal manobrou no sentido de passar a concessão para a CVRD. A partir de 1970, a Vale começou o planejamento que a levaria a repetir, no norte do país, a mesma experiência que desenvolveu na fronteira MG/ES. O projeto Carajás foi iniciado em 1979 e concluído em 1985, seguindo o modelo mina-ferrovia-porto (SILVA, 2004: 293-303). O que interessa destacar é que, enquanto a CVRD ainda estava implementando todas as fases do projeto original de 1919 na fronteira MG/ES, ela já havia sido solicitada a agir no mesmo sentido no norte do país. Isso mostra o gigantismo de suas atividades e o deslocamento cada vez maior dos seus horizontes de atuação para além da realidade capixaba.

Os exemplos citados mostram também outro aspecto importante do primeiro ciclo de modernização industrial que é sua íntima relação como os meios de transporte que visam percorrer grandes distâncias, seja para interligar unidades produtoras, seja para atingir o mercado consumidor. É o caso do papel da EFVM, do mineroduto da Samarco, do sistema portuário. Praticamente todas as grandes empresas precisam criar tais vias ou obtê-las por meio de algum tipo de relação com o poder público. Mais ainda, como as empresas citadas funcionam na lógica do enclave, tendendo à verticalização, elas são fortemente estimuladas a usar os recursos ao máximo, buscando aumentar suas margens de lucro em todas as atividades correlatas à principal. Um dos resultados disso foi a atitude da CVRD em ampliar a capacidade da EFVM, elaborando a ideia de uma conexão dela com outras linhas férreas para carrear a produção agrícola do centro-oeste para fora do país. Foi a constituição do Corredor Centro-Leste, a partir dos anos 1980 (BITTENCOURT, 2006: 420).

Um aspecto interessante a ser ressaltado neste ponto da discussão é que a grande dimensão dos empreendimentos, junto com o esforço para maximizar o uso dos meios de transportes por eles utilizados, inclusive com cargas de outras origens, gera uma *tendência inevitável ao esgotamento dos próprios meios*. Além das linhas férreas e dos portos, esta observação vale para a malha rodoviária que corta o estado e o aeroporto da capital. *Muitos destes meios de transporte são de responsabilidade do poder público* e este, tanto estadual quanto federal, *se mostra incapaz de atender à demanda* agregada gerada pelo conjunto de impactos que a modernização industrial produz, gerando o que se convencionou chamar de “gargalos logísticos”. O discurso em torno deste tema virou uma temática ideológica de grande peso na opinião pública capixaba. Ele expressa os interesses do grande capital, travestido de uma fala em defesa do progresso e do bem-estar geral.

O interessante é notar que, *quando são tomadas medidas para melhorar os meios de transporte*, como constantes dragagens no sistema portuário, *o aumento do uso que daí resulta leva a rápido esgotamento posterior, de forma que a questão é constantemente recolocada*. Esta dinâmica é resultado da lógica do ciclo de

modernização. A sua passagem para uma segunda fase reatualiza e reforça a temática, gerando constantes pressões sobre o *poder público*, que *fica comprometido com o assunto, desviando recursos de outras áreas*, o que ajuda a aumentar os déficits em termos de políticas públicas que visem diminuir os impactos sociais da modernização.

Portanto, gerou-se uma armadilha na qual o poder público foi enredado e da qual não consegue sair, independentemente das mudanças de regimes políticos, como da ditadura para democracia, e da seqüência de administrações estaduais. Um exemplo interessante é o do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP). A literatura especializada tem uma preferência por tratar do tema de forma desconexa do conjunto de processos que eu estou abordando aqui. É muito comum o argumento de que o FUNDAP foi criado num certo momento da história capixaba (1969) como resultado de uma preocupação do poder público pela dinamização da atividade econômica (VASCONCELLOS, 2010: 273-275). O fato é que tal sistema de incentivos fiscais só tomou corpo após o advento do Plano Real, em 1994. Foi quando o setor de importação e exportação, constituídos por *tradings* que também se tornaram empresas grandes e importantes (Cotia e Cisa Trading), adquiriu a importância que possui hoje.

O FUNDAP é objeto de veneração ideológica, dentro da temática geral dos “gargalos logísticos”. No fundo, ele faz parte do processo que estou analisando de *inserção nos fluxos de mercadorias da economia global, com o Espírito Santo ocupando sempre, do ponto de vista geográfico, uma posição de passagem ou ponto de intermediário* no processo geral de elaboração das mercadorias. Desde que a CVRD transformou a EFVM num meio de transporte eficiente e confiável, tal processo vem se ampliando e não há sinal de que venha a sofrer inflexões, devido à íntima relação entre o local e o global desde antes da fase atual no qual se encontra o sistema capitalista internacional. Como na atual conjuntura ele se expande com menos resistências, *a inserção combinada e dependente do Espírito Santo no processo é crescente.*

A questão da posição geográfica intermediária, remetendo à relevância dos meios de transporte, foi reforçada nos anos 1990 não só pelo papel adquirido pelo FUNDAP como pela descoberta de reservas significativas de petróleo na faixa costeira do estado. Este “bilhete premiado”, na verdade, surge como maldição, pois reforça todos os processos que venho analisando aqui. Como os poços se localizam em alto mar, sua exploração aumenta a demanda sobre o sistema portuário, surgindo a necessidade de prestação específica de serviços *offshore*. Daí a tendência à constituição de terminais dedicados, além de instalações para processamento primário do petróleo e, principalmente, do gás. Várias empresas atuam no setor, mas, à semelhança da centralidade da CVRD no caso do minério de ferro, a Petrobrás transformou-se na articuladora geral das ações. Sendo uma empresa estatal altamente complexa, ela traz as mesmas características que a Vale possui, sua condição de mediadora, fomentadora e descompromisso com intervenção específica na realidade capixaba.

A Petrobrás também age no sentido da constituição de meios de transporte adequados, como os terminais citados e gasodutos. A lógica citada acima se reintroduz. O aproveitamento do gás implica na construção de unidades de tratamento e sua conexão com gasodutos. Clientes em potencial são estimulados a converter suas plantas para o uso do recurso, como as grandes fábricas já existentes, as usinas termoelétricas e novidades, como o projetado Pólo Gás-Químico para a cidade de Linhares. Ele vai gerar insumos para a produção de fertilizantes. Ou seja, mais uma vez, estamos falando de bens intermediários, da transformação de recursos naturais em mercadorias semi-elaboradas que são destinadas a outros pontos geográficos, dentro ou fora do Brasil. Isso remete ao problema da “reprimarização” da economia brasileira, mas da capixaba em particular.

A monocultura do café não deixou de ser importante no Espírito Santo. Além dela, plantações de eucalipto e de cana-de-açúcar (norte) formam o cenário da produção agrícola. Há uma relativa diversificação, com pólos de fruticultura, como resultado de uma política desenvolvida pelo governo do estado desde os anos 1990. Mas isto não mudou o fato de que o setor primário é voltado para a

produção e comercialização de mercadorias *in natura*, destinadas ao mercado externo e/ou para um beneficiamento inicial, a ser concluído fora do território capixaba.

O primeiro ciclo de modernização se apropriou de matérias primas que, igualmente, são enviadas para fora ou sofrem beneficiamento primário, numa escala bem maior, com pressões enormes sobre o sistema de transportes e gerando formas perversas de urbanização. A combinação das duas coisas insere bem o Espírito Santo na tese da “*reprimarização*” da economia como resultado de sua inserção crescente na globalização. Mesmo contando com unidades fabris complexas e de grandes dimensões, o que permite falar efetivamente em industrialização, esta não gera bens de consumo direcionados ao mercado. Isto tem efeitos extremamente negativos no que se refere ao regime fiscal. Em primeiro lugar, impostos sobre produtos *in natura* ou semi-elaborados, por sua natureza, são baixos. Mais ainda, o modelo brasileiro de tributação desonera os setores produtivos e penaliza os consumidores. Como os produtos “capixabas” são *commodities* ou bens intermediários pouco elaborados, geram carga fiscal baixa no geral (resumindo todo o período). Outro aspecto muito importante foi a decisão do governo federal, a partir de 1996, em oferecer desoneração do ICMS sobre produtos primários ou semi-elaborados que são exportados, ou seja, exatamente a maior parte da produção espírito-santense.

A Lei Kandir determinou, assim, que a metade das perdas dos estados na sua arrecadação de ICMS fosse compensada pelo governo federal. A outra metade ficaria como passivo das unidades federativas. Ocorre que a União jamais pagou a metade das perdas, seja nas administrações de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), seja na de Lula (PT). Além disso, como as exportadoras ficam com créditos de ICMS, podem usá-los para compensar os débitos de ICMS na aquisição de insumos e serviços em geral. O resultado é que o governo do estado do Espírito Santo deve ICMS às empresas. Tais dívidas se transformam em moeda podre, pois o Estado não faz, ele mesmo o ressarcimento. Todavia, são autorizadas transferências de créditos entre empresas exportadores e outras, que

sejam devedoras de ICMS. O resultado é uma gigantesca perda fiscal para o governo do Estado.

Portanto, antes da Lei Kandir, a natureza da economia já não era favorável a uma arrecadação fiscal que oferecesse ao poder público local meios efetivos para gerar políticas públicas que compensassem os impactos negativos das monoculturas e da industrialização em termos ambientais e sociais. A Lei Kandir piorou tal situação. Como se isso tudo não bastasse, formuladores e executores capixabas de políticas, em variadas épocas, se deixaram seduzir pela ideia equivocada de que o governo do estado deveria agir, ele mesmo, como indutor do desenvolvimento. Todavia, as propostas alternativas ao modelo analisado aqui (diversificação agrícola, fabril e, recentemente, formas de microcrédito) sempre esbarraram nos impedimentos efetivos provocados justamente pela estreitíssima margem de manobra derivada da baixa arrecadação histórica.

Ao mesmo tempo, a sedução provocada pelos projetos das grandes empresas levou formuladores e executores a agirem no sentido de oferecer-lhes o máximo de vantagens, comprometendo a capacidade sempre pequena da administração estadual em elaborar formas de intervenção alternativas em termos de política econômica e, ainda por cima, dar conta das demandas crescentes em educação, saúde e segurança pública. Isto remete ao *papel* efetivamente *cumprido pela elite dirigente local no conjunto de transformações* citadas. *Tal papel sempre foi secundário* e submetido a decisões geradas por indivíduos sem compromisso com a representação de interesses radicados na sociedade capixaba. A literatura sobre o tema, porém, costuma ser bastante condescendente para com o protagonismo da elite (BITTENCOURT, 1987, 2006; PEREIRA, 1998; HEES & FRANCO, 2005; MORANDI, 1996). Em termos gerais, ela registra iniciativas variadas ao longo do tempo, detalha certos resultados concretos obtidos (em termos de empresas médias ou pequenas para a realidade agregada do estado) ou mesmo defende a tese do protagonismo. Eu discordo completamente de tal diagnóstico. Neste trabalho, defendo o entendimento de que *a elite local não foi e não é capaz de agir de maneira pró-ativa por causa da relação com as bases sociais, por causa da capacidade limitada do aparelho de Estado regional e pelo*

peso das grandes empresas e dos processos irreversíveis que elas desencadearam ao longo do tempo.

O caráter secundário da elite dirigente local e a alienação dos agentes principais da modernização com relação à sociedade capixaba gerou um *mix* que combinou processos econômicos de integração com o sistema capitalista internacional juntamente com formas oligárquicas de dominação política (SANTOS, 1998). Conforme já dito, apesar da industrialização profunda e que entra em nova fase de expansão, apesar das unidades fabris serem muito grandes, apesar da existência de atividades bastante antigas e concentradas para a realidade local, como porto e ferrovia (SIQUEIRA, 2001), as transformações de base, que alteraram efetivamente a estrutura social, tornando-a bem mais diversificada, não foram geradas, no estado, formas de representação de interesses, sindicais (COLBARI, 1998), associativas (DOIMO, 1995) ou políticas (PEREIRA, 2004) que sustentassem um avanço em direção à poliarquia. Assim, a elite dirigente local continua sendo, basicamente, formada por lideranças oligárquicas, com bases geograficamente restritas. Assim, como na época da monocultura do café, não há grupo dirigente com base de apoio suficientemente ampla para se impor aos outros sem formas de mediação de interesses entre as oligarquias. Houve rotatividade de elites, mas o modelo de base não mudou.

Portanto, o funcionamento da representação de interesses depende deste processo de mediação. Na República Velha, ele era executado por indivíduos, mais especificamente os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro, em eventual linha de confronto. Eles eram grandes fazendeiros e atuavam nos termos da política oligárquica tradicional (VASCONCELLOS, 1995; NOVAES, s/d; OLIVEIRA, 1975).

No período Vargas, o interventor Bley passou a ocupar tal posição (ACHIAMÉ, 2010). Na fase 45-64, uma instituição, o Partido Social Democrático (PSD), passou a realizar esta tarefa. Todavia, o partido viveu problemas de oligarquização no relacionamento entre suas lideranças principais: Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. Na época da ditadura militar, a mediação

foi feita por outra instituição, a ARENA, que, de maneira semelhante, enfrentou problemas de oligarquização entre Elcio Álvares e Eurico Resende. Nos anos 1980, o PMDB ocupou a sua posição, e o confronto interno passou para as figuras de Gerson Camata e Max Mauro. Em 1990, o PMDB sofreu um processo de implosão. Nos anos 1990, o sistema partidário capixaba ingressou numa fase de alta fragmentação e deixou de ter um partido dominante. Esta foi uma fase de caos institucional, com a ascensão de atores acusados de ligação com o crime organizado. Finalmente, a partir de 2003, o governador Paulo Hartung (PSB, depois PMDB) conseguiu reverter a situação e passou a exercer o papel de mediador, como indivíduo. Na atualidade, o papel passou para o seu sucessor, Renato Casagrande (PSB).

Aparentemente, teria havido um processo de evolução, passando o papel de mediação de indivíduos para instituições, com involução recente, devido ao retorno dos indivíduos. Na verdade, porém, os partidos citados possuíam baixo nível de institucionalização. Os líderes que provocaram confrontos internos eram representantes de oligarquias. Simplesmente transferiram a dinâmica do confronto político para o interior dos partidos. Desta forma, não houve autêntica mudança qualitativa.

Tudo isto se deve ao fato de que, do ponto de vista da representação de interesses, o Espírito Santo foi e continua sendo uma Oligarquia e não uma Poliarquia. Esta condição, com já foi dito, implica em mediação do relacionamento entre as lideranças, com alocação de recursos de patronagem para cada um. Trata-se de uma estratégia predatória dos recursos públicos que, como dito acima, já são escassos para o enfrentamento das tarefas impostas pela modernização. Mais ainda, as bases de apoio não são amplas o suficiente e nem mobilizadas para questionar o poder das grandes empresas e o direcionamento que elas dão para a realidade estadual. O resultado disso é que as empresas não precisam disputar corações e mentes de setores sociais amplos. Basta ocupar o espaço dos meios de comunicação e se dirigir para os “formadores de opinião”. As empresas entram em contato com as lideranças que realizam a mediação oligárquica e precisam negociar muito pouco para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, a mudança recente mais importante foi o advento de um grupo de interesse organicamente ligado ao grande capital, que se apresenta como uma Organização Não-Governamental, Movimento Espírito Santo em Ação. Ele surgiu no fim da fase de caos institucional dos anos 1990, quando grandes empresas começaram a sofrer com pressões advindas de lideranças acusadas de envolvimento com atividades criminosas. Ou seja, não foi a autêntica representação de interesses que mobilizou politicamente o grande capital, pois ela nunca representou perigo para ele. Um inimigo mais sério surgiu do fracasso da mediação oligárquica e a conseqüente desorganização do processo de predação dos recursos públicos.

A recuperação institucional iniciada no ano de 2003 foi resultado do esforço combinado de vários atores, unificados justamente pelo grau de corrupção, descontrole e falência do poder público que se instalou. Entre todos, o ator que mais bem aproveitou esta janela de oportunidades foi o Espírito Santo em Ação. O grupo participou da elaboração do planejamento estratégico do governo Hartung, conhecido como Plano ES 2025. Tal iniciativa formalizou a proposta de um segundo ciclo de modernização industrial. Este vai se materializar com as seguintes iniciativas: a) Consórcio Ferrous em Presidente Kennedy, litoral sul, onde vai ser implantada uma unidade parecida com a Samarco; b) Companhia Siderúrgica de Ubu, em Anchieta, também no litoral sul; c) Estaleiro Jurong em Aracruz; d) Pólo Gás-Químico, da Petrobrás, em Linhares. Os dois últimos no litoral norte.

Esta é a situação hoje. Ela está combinada com aquele quadro bem geral de expansão ampliada do sistema capitalista, com forte protagonismo da China, que é hoje o maior parceiro das grandes empresas atuando no Espírito Santo. Desta forma, chego às conclusões.

Conclusões: Mais do mesmo

O Espírito Santo está ingressando em um segundo ciclo de modernização industrial. Este ciclo se desloca geograficamente da Grande Vitória para o litoral

sul (Presidente Kennedy e Anchieta) e norte (Aracruz e Linhares). Tais áreas não estão preparadas para receber unidades produtivas muito grandes, que vão gerar gravíssimos impactos em termos ambientais, de urbanização, de transportes e de prestação de serviços públicos. Estes impactos negativos vão se somar aos de mesmo tipo, atuando na Grande Vitória.

A atual situação de bom desempenho das contas públicas do governo do estado não é suficiente para resolver o déficit de serviços públicos existente na Grande Vitória e, muito menos, o futuro déficit que será gerado nas pequenas cidades do litoral.

O primeiro ciclo de desenvolvimento industrial não beneficiou o governo do estado em termos de aumento de arrecadação. Mais ainda, a Lei Kandir retirou recursos. A sua continuidade, tendo em vista o perfil das empresas do segundo ciclo, implicará em aumento do passivo fiscal em benefício das empresas, na forma de créditos de ICMS. O Estaleiro Jurong, junto com as empresas da cadeia do gás-petróleo e o Pólo Gás-Químico são empresas que não se inserem na mesma lógica da Lei Kandir. Mas, não creio que isso altere substancialmente o quadro traçado.

O segundo ciclo de modernização é produto da inserção das empresas que atuam no Espírito Santo na lógica da expansão ampliada do sistema capitalista internacional no início do século XXI, com destaque para a relação com a China e o papel dos recursos energéticos (gás e petróleo).

Apesar das profundas mudanças que houve na sociedade capixaba, elas não foram suficientes para gerar uma base sólida para o pluralismo. Nestas circunstâncias, não há autêntico conflito de projetos de poder, sustentados por bases sociais sólidas e expressos em termos institucionais.

Houve profunda rotatividade de elites locais. Mas, a forma como a população se dispersa pelo território mantém a prevalência do interior, em pequenas cidades, nas quais a monocultura do café ainda é dominante. Modernização na Grande

Vitória não gerou uma metrópole integrada em termos populacionais, sociais e políticos. A heterogeneidade da Grande Vitória ajuda a manter o quadro estrutural de dispersão de elites. O comando deixou de pertencer exclusivamente a grandes fazendeiros locais, mas a necessidade de mediar os interesses de lideranças locais (inclusive no interior da Grande Vitória) permanece sendo um traço dominante da política capixaba.

Na conjuntura atual, esta mediação é feita por indivíduos e não por instituições. Daí a relevância do cargo de governador. Paulo Hartung, fiel ao seu perfil neoliberal, associou-se ao Movimento Espírito Santo em Ação. Casagrande realiza um movimento de relativo desalinhamento. Devido ao seu perfil moderado de centro-esquerda, o compromisso de Casagrande é com uma agenda social-democrata. Todavia, seu governo não planeja um rompimento drástico e não se coloca contrário à lógica do segundo ciclo de industrialização, contra o qual ele não fará nada.

A solução é: a) orientar as políticas públicas para o estímulo a uma inserção na economia da informação, mais de acordo com o modelo da Terceira Revolução Industrial. Isto implica num sistema educacional menos voltado para a formação de mão de obra industrial, que é a ênfase hoje, juntamente com um esforço para a democratização do acesso à internet de banda larga; b) os projetos voltados para o segundo ciclo de modernização industrial devem ser criteriosamente analisados e impedidos, caso não respeitem rigorosamente as condicionantes sociais e ambientais; c) o governo deve agir no sentido de fortalecer as instituições no geral e as políticas em particular, principalmente o PSB, constituindo base de apoio para políticas de longo prazo. Apesar deste sumário de sugestões, no fundo, devido ao caráter estrutural das linhas de força que dirigem a realidade capixaba na sua conexão com a globalização, é difícil acreditar que vá haver mudanças significativas. Desta forma, temos mais do mesmo, com um mergulho mais profundo no que já temos, do qual será cada vez mais difícil sair.

Referências

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010.

ALI, Tariq. *Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihad e modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ALMADA, Vilma P. F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ANDRADE, Maria L. A.; CUNHA, Luiz M. S. *O setor siderúrgico*. s/d. Disponível em <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/andrade_01.pdf>. Acesso: 08/03/2011.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. Trad. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENETTI, Maria D. *Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? Indicadores econômicos FEE*. Vol. 34, nº 1. Porto Alegre, 2006, p. 75-88. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1445/1809>>. Acesso: 04/03/2011.

BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel P. (Org.). *Muitas globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Trad. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização)*. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

_____. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

COLBARI, Antônia. *Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos*. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998, p.129-146.

_____. *Rumos do movimento sindical no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES; Florecultura, 2003.

DOIMO, Ana M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em <<http://www.cibera.de/fulltext/16/16049/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso: 04/03/2011.

FIORI, José L; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history? The National Interest*. 1989.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HESS, Regina R.; FRANCO, Sebastião P. *A República e o Espírito Santo*. 2ª ed. Vitória: Multiplicidade, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *The age of extremes: a history of the world, 1914-1991*. New York: Vintage Books, 1996.

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINELLI, Guilherme Fanti. *Reestruturação produtiva e força de trabalho: o caso da Companhia Siderúrgica de Tubarão*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 103 p. Dissertação de Mestrado em Administração Pública – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4085/Martinelli.pdf?sequence=1>>. Acesso: 08/03/2011.

MORANDI, Angela M. *Reestruturação industrial e siderurgia: uma análise do setor siderúrgico brasileiro, o caso da CST*. Tese de doutoramento em Economia. Campinas: UNICAMP, 1996. Disponível em <<http://cutter.unicamp.br/document/?down=vtls000106087>>. Acesso: 08/03/2011.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol. 28, nº 1 (109), 2008, p. 72-96. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a04v28n1.pdf>>. Acesso: 04/03/2011.

NEGRI, Antonio. *5 lições sobre Império*. Trad. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. _____; COCCO, Giuseppe. *Glob(AL): biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NOVAES, Maria S. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d.

OLIVEIRA, José T. *História do estado do Espírito Santo*. 2ª ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PASSET, René. *Elogio da globalização: por um contestador assumido*. Trad. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PEREIRA, André R. V. V. *Por baixo dos panos: governadores e assembléia no Brasil contemporâneo*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PEREIRA, Guilherme H. *Política industrial e localização de investimentos: e o caso do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

SANTOS, Renata V. *Implicações das trajetórias de aprendizagens funcionais intraorganizacionais em aquisições relacionadas no setor de mineração*. Dissertação de Mestrado em Administração. Belo Horizonte: Fumec, 2009. Disponível em <http://www.face.fumec.br/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/renata_veloso_santos.pdf>. Acesso: 08/03/2011.

SANTOS, Wanderley G. *Poliarquia em 3D. Dados*. Vol. 41, nº 02. Rio de Janeiro, 1998.

SIQUEIRA, Maria P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001.

SILVA, Marta Z. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

_____. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Vitória: EDUFES, 2004.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Trad. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VASCONCELLOS, João G. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

_____. (Coord.). *Christiano Dias Lopes Filho*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010.